

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015**

2 **Data:** 16 de julho de 2015

3 **Horário:** 9h00

4 **Local:** Auditório da CDHU – Rua Boa Vista,170 – 2º Subsolo– Centro – SP

5 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

6 **SEGMENTO ESTADO**

7	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
8	Aparecida Kida Sanches	Secretaria Estadual de Educação
9	Cláudia Helena Leite	EMPLASA
10	Gerson Salviano Almeida Filho	IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
11	Gilson Gonçalves Guimarães	CETESB
12	João Dias Yanes	Secretaria da Fazenda
13	Laura Stela Naliato Perez	Secretaria do Meio Ambiente
14	Leila Tendrih	Secretaria de Planejamento e Gestão
15	Letícia Roberta Trombeta	EMPLASA
16	Marcel Oliveira	Secretaria da Saúde
17	Maria Emília Botelho	CETESB
18	Seica Ono	DAEE
19	Sérgio Antônio da Silva	SABESP
20	Silvana Maria Franco Margatho	Secretaria da Agricultura e Abastecimento

21 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

22	André Luiz da Costa Saraiva	Mogi das Cruzes
23	Antônio Carlos Nery Pinho	Mairiporã
24	Carlos Marx Alves	Osasco
25	Jaderson José Spina	Santana de Parnaíba
26	João Carlos Piscirilli Ramos	Embu das Artes
27	João Ricardo Guimarães Caetano	São Bernardo do Campo
28	José Soares Marcondes	Embu Guaçu
29	Karin Kelly da Silva	Ribeirão Pires
30	Marcos Antônio Dantas Moura	Barueri
31	Natália Domingos	Ferraz de Vasconcelos
32	Osmar Silva Filho	São Caetano do Sul
33	Prefeito Benedito Rafael da Silva	Salesópolis
34	Solange Wuo	Salesópolis

35 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

36	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO SP
37	Edésio Gersel Brancatti Rocca	SENAI
38	Elias R. Zitune	SECOVI
39	Francisca Adalgisa da Silva	Assoc. dos Prof. Univ. da Sabesp – APU
40	Francisco de Assis Ramalho Além	CIESP – São Paulo
41	Hillmann Carlos Henrique Albrecht	CIESP - Cotia
42	Jorge Nicareta	Centro Universitário SENAC

43	José Roberto Kachel	Universidade de Mogi das Cruzes
44	José Roberto Terassi	ACISE
45	Reynaldo Young	AESabesp
46	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP
47	Sandro de Oliveira Chagas	CIESP Guarulhos
48	Shindi Kiyota	UNIAGUA
49	Sidnei Roberto de Lima	SINDIPEDRAS
50	Virgílio Alcides de Faria	MDV – Movimento em Defesa da Vida
51	Wilson Roderval Pereira	CPMAO

52

53 **CONVIDADOS PERMANENTES**

54	Regina Célia Martinez	OAB
----	-----------------------	-----

55 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

56	Augusto Olavo Leite	Secretaria de Logística e Transportes
57	Claudete Hahn	Fundação Florestal
58	Fernanda Santana	Fundação Florestal
59	Josué Souza de Gois	FATEC
60	Lauro Kuester Marin	Secretaria da Fazenda
61	Luiz Sérgio O. Valentim	Secretaria da Saúde
62	Marcelo Poci Bandeira	Secretaria de Logística e Transportes
63	Monica Rossi	Secretaria da Habitação / CDHU
64	Osni de Mello	SINDIPEDRAS
65	Rubens Juniors	Secretaria da Saúde
66	Silene Bueno	SENAC
67	Tatiana Barreto Serra	Ministério Público

68 **1. Abertura:** O Presidente, Sr. Benedito Rafael da Silva, abriu a reunião em segunda
69 chamada, após constatar a existência de *quórum*. **2. Leitura, discussão e votação da ata da**
70 **4ª Reunião Plenária de 2015, realizada em 16/06/15:** A ata é colocada em votação e
71 aprovada sem alterações. **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia:** O Secretário do
72 CBH-AT, Sr. Amauri Pollachi (SSRH), informou sobre os expedientes de maior relevância
73 emitidos e recebidos pela Secretaria Executiva desde a última reunião Plenária: comunicação
74 da Agência Nacional de Águas referente ao calendário para a renovação da Outorga do
75 Cantareira; Agendamento da reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação –
76 CTPA em conjunto com o GT Outorga do Cantareira em 28/07. Ofício da CETESB que
77 encaminhou as licenças ambientais das obras de bombeamento do Rio Pequeno, Rio Grande
78 ao Taiaçupeba-Mirim. Encaminhado ao Ministério Público ofício com informações requeridas
79 sobre o andamento do processo relativo à renovação da Outorga no âmbito do Comitê Alto
80 Tietê. Encaminhadas ao GT Gestão da Demanda as propostas recebidas pela Universidade
81 de Mogi das Cruzes relativas à gestão de demanda. Recebimento de Ofício do Consórcio do
82 Grande ABC comunicando desistência para assinatura do contrato FEHIDRO,
83 empreendimento “Programa de Comunicação Visual nas Áreas de Mananciais da Billings” e
84 encaminhado através de Ofício à SECOFEHIDRO para as devidas providências
85 administrativas. O boletim mensal de qualidade das águas brutas do Sistema Cantareira,
86 encaminhado ao Comitê pela CETESB. Solicitação da CETESB, que está em análise na
87 Secretaria Executiva, sobre avaliação pelo Comitê referente a um empreendimento situado no
88 Município de Embu-Guaçu. O Vice-Presidente, Sr. Chico Além, destacou a importância do
89 comparecimento dos representantes na próxima reunião do Conselho da FABHAT, no dia

90 30/07, na qual será realizada a posse da nova gestão. Por fim, é anunciada a participação da
 91 SABESP nesta Plenária. **4. Apresentação pela SABESP sobre o andamento das obras e**
 92 **ações emergenciais anunciadas para o enfrentamento da crise hídrica, com base no**
 93 **Relatório CHES:** o Sr. Marco Antônio Lopes Barros (SABESP), apresentou informações
 94 sobre o andamento das obras e intervenções feitas para o enfrentamento da crise hídrica na
 95 região. Explica que há algumas ações que estão previstas no relatório e que não ainda não se
 96 desenvolveram, até mesmo foram adiadas. A proposta de retirada de água do Rio Itatinga,
 97 nesse momento, não está sendo tratada pela SABESP, pois não atenderia a questão
 98 emergencial que foi proposta. O Rio Itapanháú é uma obra que irão realizar, mas o prazo de
 99 sua realização passa a ser em 2016 e que nesse instante estão na elaboração do Termo de
 100 Referência para a contratação de estudos de impacto ambiental. O do Alto Juquiá e do São
 101 Lourenço continuam ainda em estudo, talvez para o início de 2017 essas duas obras estarão
 102 funcionando. Explica as soluções adotadas de imediato, que são o Programa de Bônus, a
 103 utilização da reserva técnica e a transferência de águas entre sistemas. Cita algumas obras
 104 como: ampliação das Estações de Tratamento de Água (ETA) Rodolfo José da Costa e Silva
 105 e Rio Grande; readequação hidráulica no Booster Cidade Líder; adequação hidráulica na
 106 EEAT Vila Guarani; intervenções na EEAT Theodoro Ramos; adequações operacionais na
 107 adutora V. Olímpia; operacionalização da adutora Jabaquara-Sacomã; e, ampliação do
 108 Sistema Guarapiranga. Detalha a nova regra operacional na EEAT ABV/Jabaquara e no
 109 Booster Cadiriri, a alteração da regra operacional da EEAT França Pinto, a conclusão das
 110 obras da Adutora Jd. das Nações/Parque Real em Diadema, permitindo a transferência do
 111 Sistema Rio Grande para Guarapiranga e Cantareira. Em 2014 foram investidos cerca de R\$
 112 360 milhões no combate às perdas na região metropolitana de São Paulo. O valor
 113 corresponde a 1/3 do investimento feito pela SABESP no mesmo período. Mostra o local das
 114 obras no Sistema Cantareira sobre a reserva técnica da Represa de Jacaré e Atibainha.
 115 Quanto às ações emergenciais, explica que, persistindo a crise, teria a opção de rodízio e a
 116 intensificação das ações iniciadas em 2014, com a adoção de tarifa adicional para
 117 consumidores acima da média, aumento do número de equipes para consertos de
 118 vazamentos, aumento de período de redução de pressão nas tubulações, distribuição de
 119 caixas de água para a população mais vulnerável e distribuição de kits para torneiras que têm
 120 uma redução de consumo aproximadamente de 20%. Explica sobre o bombeamento de 4
 121 m³/s do Braço do Rio Pequeno e do Rio Grande para Taiapuê, fala também sobre as
 122 intervenções no ambiente aquático, a Estação Elevatória de Água Bruta e as adutoras em
 123 trechos com água e pântano e intervenções no ambiente terrestre, adutoras nos trechos da
 124 faixa da Petrobrás. Comenta sobre o bombeamento de até 1 m³/s do rio Guaió para a
 125 represa Taiapuê, com 9 km de adutora. Mostra caixa de válvulas, interligações sob o
 126 Rodoanel e a Estação Elevatória de Água Bruta. Fala sobre a ampliação da capacidade de
 127 tratamento da ETA ABV de 15 para 16 m³/s. Entre outros dados, a SABESP expôs que, com
 128 as medidas adotadas para enfrentamento da crise hídrica, houve economia de 7 mil
 129 litros/segundo, graças à realocação de águas entre os sistemas produtores que atendem a
 130 Grande São Paulo. Já o bônus concedido aos consumidores que são abastecidos pela
 131 SABESP, gerou economia de 6 mil litros/segundo e que a empresa também tem se esforçado
 132 para combater as perdas. No entanto, após solicitação de membros do comitê, e **aprovado**
 133 **pelo plenário, o CBH-AT decidiu que seria adequado a SABESP comparecer em nova**
 134 **data para explanar sobre obras e intervenções que não foram abordadas nesta reunião.**
 135 Ainda não há data definida para a nova reunião plenária que será realizada em caráter
 136 extraordinário. O Sr. Virgílio Alcides de Faria (MDV) faz sua explanação sobre a obra de
 137 transposição de água do Rio Pequeno/Rio Grande para o Rio Taiapuê-Mirim, que o DAEE
 138 outorgou a retirada de 4.0m³/s, apresentando fotos das obras. A licença ambiental prévia
 139 desse empreendimento se refere àquela Outorga do DAEE. Explica que essas informações

140 estão num Mandato de Segurança Coletivo que o MDV impetrou contra a forma que essa
 141 obra está sendo implantada. Informou que, de acordo com o LabSid (Laboratório de Sistemas
 142 de Suporte a Decisões) do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da Escola
 143 Politécnica da USP, para a retirada desses 4m³/s é necessário ampliar entre 4,5 e 5,5m³ do
 144 Pinheiros, significando bombear esgoto. De acordo com o Sr. Virgílio, a CETESB fez o
 145 licenciamento simplificado, que deve ser realizado quando as atividades e/ou
 146 empreendimentos têm impactos ambientais muito pequenos ou insignificativos, que não é o
 147 caso desta transposição. O Rio Grande está sendo retificado e a pergunta que fez é: a
 148 CETESB poderia conceder o licenciamento ambiental simplificado a esse empreendimento,
 149 com todas aquelas retificações de rios e cursos d'água? Virgílio afirma que este tipo de
 150 empreendimento precisa de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. Coloca
 151 ainda que é o CRH e o Comitê de Bacia que fazem a gestão dos recursos hídricos, deixando
 152 então para a diretoria do Comitê uma questão, que é dever de Ofício, de fazer com que o
 153 Sistema de Recursos Hídricos opere conforme a lei, e, para cumprir isso, requer que esse
 154 Item 4 da pauta seja remetido à Câmara Técnica ou a um Grupo de Trabalho, para que seja
 155 feito um relatório e encaminhado ao Plenário para que seja deliberado. É solicitado o
 156 comparecimento da SABESP ao Subcomitê Billings com dados detalhados de todas as
 157 intervenções para apresentar de uma forma mais aprofundada, qual é o estudo de impacto
 158 ambiental sobre essas obras de transposição. É dada ciência e protocolado ao Comitê de que
 159 a Sociedade Civil se reuniu no dia 14/03/15, em Ribeirão Pires, e produziu a Carta da Billings.
 160 O Sr. Reynaldo Young (AESabesp) sugere que, uma vez que haja interesse de ir visitar
 161 pessoalmente o local onde estão sendo feitas as intervenções, o Comitê poderia organizar
 162 uma visita técnica, talvez até por meio das próprias Câmaras Técnicas, todos obteriam as
 163 informações de uma forma detalhada. Informou que a AESabesp estará promovendo o
 164 Congresso Técnico nos dias 03, 04 e 05 de agosto e que enviará o convite a todos
 165 posteriormente. O Sr. Marco Rossi (Alto Juquiá) comunica que o Sistema Produtor São
 166 Lourenço está para entrar em operação daqui dois anos e que as obras estão sendo
 167 realizadas, mas não houve sequer uma Audiência Pública na cidade para ouvir a opinião das
 168 pessoas. **5.1. Deliberação CBH-AT n. 11/2015 complementa a Deliberação n. 8 do CBH-
 169 AT de 31/03/2015:** O Sr. Amauri Pollachi (SSRH) esclarece ao Plenário que essa é uma
 170 complementação da Deliberação que deu posse e elegeu os representantes do Comitê em
 171 31/03/2015, que na verdade houve uma falha no registro dessa Deliberação, pois não ficou
 172 claro quais eram os municípios titulares e suplentes para esse biênio, 2015-2017. Os 36
 173 municípios estão representados, sendo titulares São Paulo, Osasco, Suzano, Jandira,
 174 Carapicuíba, Santo André, Itapeverica da Serra, São Bernardo, Embu das Artes, Salesópolis,
 175 Jujutiba, Ribeirão Pires, Mairiporã, Cajamar, Caieiras, Guarulhos, Barueri e Poá. Os demais
 176 municípios estão como suplentes no presente biênio. A Deliberação foi aprovada sem
 177 alterações. **5.2 - Deliberação CBH-AT n. 12/2015, aprova a transferência de recursos de
 178 investimento do FEHIDRO 2015 para apoio à realização do XIII Diálogo Interbacias de
 179 Educação Ambiental em Recursos Hídricos:** votada e aprovada sem alterações. **Item 5.3 -
 180 Deliberação CBH-AT n. 13/2015, aprova a alteração de escopo do empreendimento
 181 FEHIDRO AT-414, contrato FEHIDRO n. 45/2009:** O Sr. Amauri Pollachi (SSRH) explica que
 182 essa Deliberação se refere a um contrato FEHIDRO de 2009, do Instituto 5 Elementos, que
 183 inicialmente solicitou financiamento do FEHIDRO de R\$233.000,00, aproximadamente. O
 184 escopo era pesquisa de informações, elaboração, diagramação e produção gráfica de um
 185 Atlas de Recursos Hídricos do Alto Tietê. No decorrer da execução do projeto, houve uma
 186 série de problemas que resultou em inadimplência do Tomador, bem como sua inscrição no
 187 CADIN. O Tomador entrou com um processo junto à SECOFEHIDRO para solução do
 188 problema. O agente técnico analisou e aprovou a proposta, mediante a entrega pelo Tomador
 189 das versões finais do Atlas, em formato digital, e seu respectivo caderno de atividades

190 educativas. Sendo assim, o COFEHIDRO deliberou, *ad referendum*, restaurando o referido
 191 contrato e retirando as inadimplências técnicas e financeiras, inclusive a inscrição no CADIN.
 192 Portanto, o Instituto 5 elementos já está regularizado perante o agente financeiro. A Sra.
 193 Francisca Adalgisa (APU) comenta sobre esse problema ocorrido com o Instituto 5 Elementos
 194 e solicita ao Comitê maior atenção com os próximos contratos, pela demora na aprovação. A
 195 Deliberação é colocada em votação e aprovada sem alterações. **5.4 - Deliberação CBH-AT**
 196 **nº 14/2015: indica empreendimentos para financiamento do FEHIDRO com recursos do**
 197 **orçamento de 2015 e dá outras providências:** O Sr. Edésio Rocca (SENAI), Coordenador
 198 da CTGI, faz sua explanação explicando os trabalhos realizados pela Câmara Técnica,
 199 esclarecendo as dúvidas. Comunica que foram realizadas 6 reuniões, para instalação da
 200 Câmara, elaboração dos critérios de avaliação e hierarquização, análise dos
 201 empreendimentos protocolizados, análise dos recursos e complementações e elaboração da
 202 minuta da deliberação. Informa que, na fase A, foram recebidos 35 empreendimentos, dos
 203 quais 21 foram habilitados, 14 não habilitados. Dos não habilitados, 4 não poderiam entrar
 204 com recurso pois não atenderam a Deliberação nº 9/2015. Na fase B, foram aprovados então,
 205 além dos 21, mais 5 projetos, no total de 26 empreendimentos habilitados e 9 não habilitados.
 206 Explica que a Lei 12.183 determina que no mínimo 50% do valor arrecadado com a cobrança
 207 deve ser destinado à conservação e recuperação das áreas de mananciais. Para atendimento
 208 ao disposto na Lei, os projetos listados de 1 a 5, do anexo I da Deliberação, contemplam 8
 209 milhões de reais, aproximadamente. Informou que os empreendimentos listados de 1 a 7
 210 receberão financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e
 211 são projetos não reembolsáveis, exceto o da SABESP, na modalidade reembolsável. E os
 212 empreendimentos listados em 8 e 9 receberão recursos oriundos da compensação financeira,
 213 ambos na modalidade não reembolsável. Explicou o Artigo 3º, que estabelece o valor de
 214 R\$494.019,00 para pagamento dos agentes técnicos e agente financeiro, com recursos da
 215 cobrança. No Anexo II estão listados os empreendimentos suplentes e poderão ser indicados
 216 obedecida a classificação hierárquica, na medida em que houver impedimento de contratação
 217 dos empreendimentos relacionados no Anexo I. A Sra. Maria Emília Botelho (CETESB)
 218 solicita a troca do empreendimento “Monitoramento da qualidade da água da área de
 219 Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Juquery”, que
 220 conseguiu recursos, pelo “Ampliação e Aprimoramento da Rede Automática de
 221 Monitoramento da Qualidade das Águas dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê”,
 222 da carteira de suplentes. Todos os projetos apresentados pela CETESB foram habilitados e
 223 pontuados, mas, o projeto de ampliação da rede automática, que ficou na carteira de
 224 suplentes, é fundamental para os trabalhos da Cia. por conta da crise da água. A Sra. Lilian
 225 (CETESB) complementa dizendo que a CETESB tem uma rede de monitoramento
 226 automática, porém, o único sistema que não está sendo monitorado é o Sistema Produtor Alto
 227 Tietê. Esse projeto pretende ampliar a rede, colocando uma estação no reservatório
 228 Taiaçupeba, devido as reversões do Rio Guaió e Rio Grande/Rio Pequeno. Rio Grande e Rio
 229 Pequeno são bacias urbanizadas. Por se tratar de transferência de águas para um manancial
 230 com características diferentes, a CETESB entende que o monitoramento automático é muito
 231 importante. Além disso, está tramitando na Assembleia Legislativa o PL 980, que vai criar a
 232 Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Tietê Cabeceiras, então isso também
 233 reforça a necessidade de intensificar o monitoramento nesse reservatório. Solicita a avaliação
 234 da solicitação de troca dos empreendimentos. Sr. Antônio Carlos (Mairiporã) também solicitou
 235 a troca do empreendimento contemplado com recursos “Implantação do Programa de Uso
 236 Racional da Água – PURA” pelo “Estudo para criação do Parque Natural do Pico do Olho
 237 D’Água”, da carteira de suplentes. Ambos projetos têm a mesma pontuação e, inclusive, o
 238 projeto de estudo para criação do parque tem menor valor que o PURA. Para o município e
 239 para a Sociedade Civil, neste momento, é mais importante o estudo para criação do parque. A

240 Sra. Francisca Adalgisa (APU) coloca sua indignação de que o Comitê não olha para a
241 Educação Ambiental e por ser um item tão importante, é sugerido fazer uma revisão de todo o
242 processo, mas mantê-la ainda na pauta com uma discussão. E que também a Sociedade Civil
243 pede encaminhamento para a revisão do Manual do FEHIDRO que tem que ser claro, de fácil
244 entendimento, não podendo gerar dúvidas. Enfatiza ainda a exigência absurda de que a
245 Sociedade Civil, não tendo remuneração, ainda tenha que dar 10% de contrapartida. O Sr.
246 Amauri Pollachi (SSRH) diz que o Comitê precisa ter uma estratégia melhor na definição de
247 projetos a serem apoiados com recursos do FEHIDRO até na promoção de ações mais
248 eficientes e convergentes daquilo que é o objetivo de atuação do Comitê, que é promover a
249 gestão integrada e participativa dos recursos hídricos. Isso será objeto de discussão pelas
250 Câmaras Técnicas e no Grupo de Educação Ambiental. A Sra. Aparecida Kida Sanches
251 (Secretaria Estadual de Educação) questionou a retirada da Câmara de Educação Ambiental
252 do Alto Tietê. Lembra que uma das decisões da participação do Diálogo Interbacias de
253 Educação Ambiental é exatamente fortalecer a participação das Diretorias de Ensino, para a
254 Educação Ambiental formal, incentivando isso nos Comitês de Bacia Hidrográfica. É preciso
255 conversar e pensar em retomar uma instância sobre Educação Ambiental no Comitê pela sua
256 importância, incluindo as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental nos Subcomitês, como
257 tinha antigamente e trabalhos que visem a participação, não só de mudança de hábito, mas
258 de reflexão da realidade sócio ambiental. A Sra. Elena M. Rezende (PM Santo André) sugere
259 que dentro de temas teria que ter cotas de recursos para a Sociedade Civil, o Estado e os
260 Municípios para estabelecer a pontuação que seja necessária. Sintetizando, o Sr. Amauri
261 Pollachi (SSRH) diz que foi colocada a proposta da CETESB de inversão do projeto
262 “Monitoramento da qualidade da água da área de Proteção e Recuperação dos Mananciais
263 da Bacia Hidrográfica do Alto Juquery”, valor FEHIDRO de R\$1.050.850,75, pelo “Ampliação
264 e Aprimoramento da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade das Águas dos
265 Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê”, valor FEHIDRO inicial de R\$ 2.000.000,00,
266 mas que o escopo seria ajustado para caber dentro dos recursos disponíveis. A outra
267 proposta é do município de Mairiporã de substituição do projeto “Programa de Uso Racional
268 da Água em unidades do município de Mairiporã – PURA”, valor FEHIDRO de
269 R\$1.017.091,76, pelo “Estudo para a criação do Parque Natural Municipal do Pico Olho
270 D’Água”, no valor de R\$663.246,00. Havendo a inversão do projeto de Mairiporã, sobraria
271 aproximadamente R\$350.000,00. Então o projeto da CETESB, de Aprimoramento da Rede
272 Automática de Monitoramento da Qualidade da Água ficaria com R\$ 1.050.000,00 mais a
273 diferença obtida pela inversão dos projetos de Mairiporã. Isso exigiria, no caso de Mairiporã,
274 só uma complementação de documentos relativos a esse projeto e no caso da CETESB seria
275 a reformulação do projeto. Também alerta que será solicitado ao FEHIDRO alguns dias para
276 reformulação do projeto, ajustando a esse valor a ser ofertado. E que, nesse caso, precisaria
277 acrescentar à Deliberação uma observação de que a Plenária entendeu, à vista das
278 considerações e argumentos colocados pela CETESB e pela Prefeitura de Mairiporã, de
279 promover essa inversão e ajustar os valores ao Projeto da CETESB. É colocada em votação
280 as solicitações da CETESB e Mairiporã. É aprovado com um voto contra da APU
281 argumentando que não se devem abrir precedentes e uma abstenção da FIESP. É
282 acrescentado um artigo na Deliberação com a informação de que as trocas dos projetos
283 foram decididas pelo Plenário. A Deliberação foi aprovada com as alterações apresentadas,
284 com 1 voto contra e 3 abstenções. **6 – Outros assuntos:** Não havendo mais nada a tratar, o
285 Presidente agradece e encerra a reunião. Esta ata constitui o resumo dos registros
286 taquigráficos da ata na íntegra da reunião e foi elaborada pela Taquígrafa Márcia Reis
287 (mbrpesquisa@terra.com.br).